

Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul/dez 1999, p. 12 - 17

Apresentação

Cultura política, poder local e Estado na configuração da sociedade contemporânea

ANITA BRUMER

Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS

O

tema central do segundo número da Revista SOCIOLOGIAS, *Cidadania e Democracia*, é de interesse fundamental para a Sociologia e para a sociedade brasileiras. Situando-se no limiar entre a Sociologia e a Ciência Política, analisa por um lado a forma de inserção e de participação dos cidadãos comuns no processo decisório da sociedade, através da questão 'elitismo democrático X ampliação da democracia', do exame de experimentos democrático-deliberativos e do papel da cultura e da mobilização políticas na formação de cidadãos; por outro lado o exercício do poder e da autoridade na sociedade, graças ao exame das formas alternativas de democracia, parlamentarismo ou presidencialismo, e dos fundamentos filosóficos que embasam a democracia liberal. Atualizando a abordagem de autores clássicos com a contribuição de autores contemporâneos e fundamentados em estudos sobre a realidade concreta, os textos incluídos no dossiê analisam tanto o debate teórico que envolve a análise dessas questões

quanto as dimensões empíricas em que elas se expressam.

No texto de abertura deste dossiê, Leonardo Avritzer toca de perto a questão da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões na sociedade, em sua análise do debate entre o elitismo democrático e as formas de ampliação da democracia. Num lado do debate, considera-se que, na prática da democracia, a soberania das massas necessita ser restringida, cabendo às elites um papel primordial, graças à transferência de sua racionalidade para o sistema político como um todo. No outro lado, situa-se o questionamento desta concepção, apoiado tanto por novas formas de ação coletiva de natureza democrática que vem ocorrendo nos países da América Latina e na Europa do leste como pela importância assumida por formas públicas de prestação de contas e de transparência nas novas democracias. Partindo da posição de Schumpeter, inaugurador do elitismo democrático, Avritzer destaca o conceito de esfera pública, desenvolvido por Habermas, uma vez que este conceito compreende, por um lado, a idéia de substituição das hierarquias de participação por uma participação igual associada à autoridade do melhor argumento; e, por outro, a idéia de ampliação do domínio público, levando à politização de novas questões, tais como a dominação das mulheres no espaço privado da casa e dos trabalhadores no espaço privado da fábrica. Considerando ainda as principais críticas formuladas à concepção de Habermas de esfera pública, o autor propõe um modelo de esfera pública deliberativa, que cria um espaço para a generalização da ação social, para o reconhecimento da diferença e para a ampliação da forma do político, sem ignorar a relação entre o espaço público e o sistema político em geral.

Logo a seguir, dois textos abordam a democracia sob uma perspectiva teórica. Por um lado, Stefan Breuer apresenta as opções de política constitucional de Max Weber, em torno da problemática da relação entre a

democracia parlamentarista e a plebiscitária ou, respectivamente, entre parlamentarismo e presidencialismo. As posições de Weber, documentadas em muitos de seus escritos, acompanharam de perto o debate que se travava na Alemanha, de 1918 até a morte de Weber em 1920, representando uma questão central do ordenamento político daquele País, mas permanecem de central interesse para as democracias atuais. Por outro lado, Celi Regina Jardim Pinto, no texto *Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe*, examina a idéia de democracia radical desenvolvida pelos filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em contraposição à democracia liberal representativa como forma de organização política. No cerne da análise desses filósofos estão as noções de discurso e de hegemonia e, para Pinto, *eles não se limitam à discussão da incorporação de novos agentes sociais e de novas formas de participação, mas questionam os fundamentos filosóficos que embasam tanto a democracia liberal como as propostas libertárias de extração socialista marxista.*

Archon Fung e Erik Olin Wright, após delinear os princípios institucionais gerais que fundamentam os experimentos em democracia deliberativa, examinam três experimentos democrático-deliberativos concretos. O primeiro é o experimento de Orçamento Participativo em Porto Alegre, Brasil, o segundo abrange educação pública e policiamento na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, e o terceiro é a Associação Regional de Treinamento de Wisconsin, também nos Estados Unidos. Após uma breve descrição desses experimentos, os autores fazem algumas reflexões críticas sobre a possibilidade de ajustamento dos mesmos ao modelo típico ideal de democracia deliberativa e apontam algumas preocupações com sua efetividade, tais como a tendência das instituições políticas com objetivos

especiais serem vítimas da busca de benefícios particulares; o risco de divisão do corpo político em grupos contendores (o que os autores chamaram de 'balcanização' da política); o problema da representação justa; a desatenção do modelo a sérios problemas de poder e dominação; a vulnerabilidade da democracia deliberativa à apatia popular; e a precária estabilidade e sustentabilidade de quaisquer instituições genuinamente democráticas. Com esta análise, o trabalho contribui para as reflexões sobre as perspectivas de revitalização das instituições democráticas numa época de predomínio do neo-liberalismo anti-estatal.

Maria da Glória Gohn examina as práticas de formação de cidadãos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A autora vale-se do conceito de cultura política e da abordagem da mobilização política desenvolvida por Sidney Tarrow para analisar a proposta educacional do MST, destacar alguns conflitos culturais gerados no cotidiano do movimento (principalmente em relação aos jovens e às mulheres) e elaborar algumas hipóteses sobre a concepção pedagógica das práticas educativas implementadas.

Finalmente, Marcelo Kunrath da Silva aborda a questão da experiência de democratização da gestão municipal – o Orçamento Participativo – em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O autor procura responder a duas questões básicas: 1) Que fatores têm possibilitado a continuidade da experiência de democratização da gestão municipal? 2) Como, em um contexto de exclusão social, uma experiência centrada numa proposta de afirmação da cidadania consegue um relativo êxito em termos de legitimação e continuidade ao longo de dez anos? Em sua análise, o autor destaca a importância da rede associativa formada por lideranças de bairros e vilas populares da cidade, *as quais se legitimam e legitimam o processo*

através da produção de um reconhecimento público da existência de um efetivo caráter redistributivo no Orçamento Participativo e da abertura deste para antigas e novas demandas identificadas e reivindicadas pela população da cidade.

Acreditamos que este conjunto de textos contribui para o debate em torno de questões centrais para a Sociologia e para a sociedade brasileira, que há quase duas décadas vem vivenciando a experiência da descentralização decisória, embora o interesse tanto teórico como empírico nessas questões ultrapasse os limites nacionais. Esperamos que os leitores sejam instigados pela leitura desses textos, que abordam, de uma maneira ampla, diversificada e crítica, vários aspectos da questão da cultura política e da participação dos cidadãos no processo decisório da sociedade, fundamentais para o entendimento da construção da sociedade democrática contemporânea. Esperamos ainda que essas reflexões auxiliem no aperfeiçoamento das instituições políticas e das articulações entre os cidadãos e as elites, entre a sociedade civil e o Estado, de forma a tornar nossas sociedades mais justas e menos autoritárias.